

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: A. Ribeiro Class.: 13Data: 16/08/91 Pg.: _____

Estado de alerta

A recente denúncia da tribo dos ashaninkas, tribo de índios que se fixou no interior do Acre, que estaria sendo obrigada a plantar coca por traficantes que dominam a área, pode chocar a princípio, mas já não surpreende. A escalada da atuação da indústria que sustenta o narcotráfico e os casos absurdos que essa distorção, cada vez mais frequentemente, traz à tona — como o envolvimento de deputados e governadores com o tráfico de entorpecentes — não são privilégios do Brasil. Ao contrário, essas mazelas e o tráfico de influências que costuma acompanhá-las são um fenômeno mundial, apesar dos esforços e investimentos dispendidos por países do Primeiro Mundo para neutralizar a ação dos empresários das drogas, que fixaram na América Latina sua base de operação.

No caso brasileiro, no entanto, a dimensão da catástrofe social trazida por essas atividades e a gravidade do cotidiano que já se testemunha assumem proporções inimagináveis, dada a dimensão territorial do País e, entre tantos outros obstáculos, o seu estado de quase penúria quando se trata de garantir recursos e contingente humano para as operações preventivas que determinadas situações exigem. O caso dos índios ashaninkas, acudados em sua própria reserva pelos senhores da cocaína — que lhes trazem até sementes de coca com a promessa de participação nos lucros proporcionados por esse comércio em expansão — é bem

representativo e deve servir de alerta definitivo sobre o loteamento criminoso que já se desenvolve nas extensas áreas da Região Norte.

Não se pode ignorar, é claro, o empenho da Polícia Federal e do próprio Governo na tentativa de colocar em andamento esquemas para inibir a ação daqueles marginais, trabalho que inclui desde cães rastreadores de drogas nos principais aeroportos do País até o cerco rigoroso nos corredores de exportação da cocaína. Mas é preciso muito mais. O que se faz agora, em grande parte dos casos, é administrar consequências, sem alcançar o ponto fundamental da questão, que é identificar e tirar de circulação os comandantes e capatazes da agricultura da coca, muitos deles empurrados para terras brasileiras pela decantação realizada na Colômbia, travestidos de posseiros ou mesmo de garimpeiros na Amazônia. Está aí a denúncia dos ashaninkas à Procuradoria Geral da República como prova incontestável disso.

Cabe ao Governo, no momento em que aqueles que se atrevem a denunciar tal estado de coisas são agredidos e ameaçados de morte, criar mecanismos e estratégias que lhe permitam tomar o comando da situação e antecipar providências inadiáveis. Além da comprovada ameaça à sobrevivência e à cultura dos povos indígenas — ou a qualquer pessoa que se interponha no caminho dos narcotraficantes — o caso já compromete a própria soberania nacional.